

CAPÍTULO I

Noções Preliminares	45
1 O Direito	45
1.1 Noção de lei	45
1.2 O Direito Penal	46
1.2.1 Direito material e processual.....	46
1.3 Os princípios da anterioridade e da reserva legal.....	46
2 Breves Noções sobre a Teoria do Delito	47
2.1 Delito, crime e contravenção penal: noção	47
2.2 Tipo penal.....	48
2.3 Tipo objetivo	49
2.4 Tipo subjetivo	49
2.5 Crime consumado	49
2.6 Crime tentado.....	49
2.6.1 Tentativa de crime culposos.....	50
2.6.2 Tentativa de crime omissivo	50
2.6.3 Tentativa de contravenção penal e de crimes de perigo.....	51
2.6.4 Tentativa de crimes condicionados e de perigo concreto inde-	
terminado	52
2.7 Objeto material do crime	57
2.8 <i>Iter criminis</i> ou caminho do crime.....	57
2.9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	57
2.10 Arrependimento posterior	58
2.11 Crime impossível ou tentativa inidônea.....	60
2.12 Princípio da insignificância	61

3	Dolo e culpa.....	62
3.1	Crime doloso	62
3.1.1	Dolo direto e eventual	63
3.2	Crime culposos	63
3.2.1	Culpa inconsciente e consciente.....	63
3.2.2	Imprudência, negligência e imperícia.....	64
3.2.3	Distinção entre dolo eventual e culpa consciente	65
3.3	Jurisprudência do crime culposos.....	65
3.3.1	Nexo de causalidade.....	65
3.3.2	Concausa	66
3.3.3	Previsibilidade	67
3.3.4	Princípio da confiança recíproca.....	68
3.3.5	Prova da culpa	69
3.3.6	Coautoria em crime culposos	70
4	Breves noções quanto à classificação doutrinária dos crimes	71
4.1	Crimes de dano	71
4.2	Crimes de perigo	71
4.2.1	Absorção dos crimes de perigo pelos de dano	72
4.2.1.1	Os crimes de perigo do Código de Trânsito e o princípio da consunção	73
4.2.2	Perigo abstrato e concreto	75
4.2.3	Perigo individual e comum	76
4.2.4	Os crimes de perigo do Código de Trânsito.....	76
4.3	Crimes materiais	77
4.4	Crimes formais ou de mera conduta	77
4.5	Crimes de mão própria.....	77
4.6	Crimes permanentes	78
4.7	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	79
4.8	Crimes comissivos e omissivos.....	79
4.9	Crimes de concurso necessário	80
4.10	Crimes condicionados.....	81
5	Concurso de crimes.....	82
5.1	Concurso material	82

5.2	Concurso formal	82
5.3	Continuidade delitiva	82
6	Concurso de pessoas	83
6.1	Coautoria	83
6.2	Participação	83
6.3	Coautoria e participação nos crimes culposos	83
6.4	Coautoria e participação nos crimes omissivos	85
6.5	Coautoria e participação nos crimes de perigo	86
7	Ação penal	87
7.1	Jurisdição, processo, procedimento e ação: noção	87
7.1.1	Ação penal: noção	88
7.1.2	Condições da ação, inclusive penal	89
7.2	Ação penal pública incondicionada	90
7.3	Ação penal pública condicionada	91
7.4	Ação penal privada	91
7.5	Ação penal privada subsidiária da pública	92
7.6	Ação penal nos crimes de trânsito	92
7.6.1	Visão prática do procedimento criminal nos delitos de trânsito. Reflexos da Lei n. 11.719/08	93
7.6.1.1	Procedimento nas infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 311 e 312 do CTB)	94
7.6.1.2	Procedimento no homicídio culposo de trânsito (art. 302)	99
7.6.2	O tratamento dado à lesão culposa de trânsito (art. 303) pela Lei n. 11.705/08 e o afastamento dos delitos dos arts. 306 e 308 do CT do disposto no art. 291, parágrafo único, do CT. Racha (art. 308) continua a ser infração penal de menor potencial ofensivo... ..	100
7.7	Prescrição: a perda do poder-dever de punir do Estado em razão do decurso de determinado prazo previsto em lei	106
7.7.1	Prescrição da pretensão punitiva	107
7.7.2	Prescrição da pretensão executória	110
7.7.3	A prescrição nos crimes de trânsito	110
8	Pena	111
8.1	Noção	111

8.2	Objetivos da pena	112
8.3	Espécies de pena	112
8.3.1	Fixação da pena.....	112
8.3.2	As penas nos crimes de trânsito	113
8.4	Medidas despenalizadoras.....	115
8.4.1	Medidas despenalizadoras no Código de Trânsito	115
9	O direito penal do trânsito	120
9.1	Noção	120
9.1.1	Antecedentes históricos	121
9.1.2	Breve retrospecto histórico no Brasil	124
9.2	Princípios do Direito Penal do Trânsito	129
 CAPÍTULO II		
Normas Gerais Aplicáveis aos Crimes de Trânsito		133
1	O alcance do art. 291, do Código de Trânsito, com a redação da Lei n. 11.705, em vigor desde 20 de junho de 2008.	133
2	Aplicação da suspensão ou proibição da habilitação (art. 292)	134
2.1	A suspensão do direito de dirigir e o motorista profissional	135
2.2	Crimes de trânsito em que cabe a suspensão ou proibição	137
3	Prazo da suspensão ou proibição (art. 293).....	138
3.1	Intimação do réu para entrega, à autoridade judiciária, do documento de habilitação	138
3.2	Não-cumprimento da suspensão ou proibição, enquanto estiver preso o autor do fato	139
4	Decretação da suspensão ou proibição do direito de dirigir (art. 294)	140
4.1	Recurso cabível. Competência recursal.....	141
5	Comunicação da suspensão ou proibição ao Contran (art. 295)	142
5.1	Conceito de veículo automotor.....	144
6	Reincidência: aplicação obrigatória da suspensão do direito de dirigir sem prejuízo das demais sanções (art. 296). A Lei n. 11.705/08, de 20 de junho de 2008.....	144
7	Multa reparatória. Noção	146
7.1	Natureza jurídica	146

7.2 Equiparação da multa reparatória ao arrependimento posterior: inadmissibilidade.....	153
8 Circunstâncias agravantes da pena dos crimes de trânsito (art. 298)	153
8.1 Com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros - I.....	154
8.2 Utilizando o veículo com placas falsas ou adulteradas - II.....	155
8.3 Sem possuir Permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação - III	156
8.4 Com Permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo - IV	156
8.5 Quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga - V.....	156
8.6 Utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante - VI.....	157
8.7 Sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres - VII.....	158
9 Análise de texto vetado, que proibia a atenuação da pena para menores de 21 (vinte e um) anos ao tempo do fato e maiores de 70 (setenta) ao tempo da sentença (art. 299)	159
10 Análise de texto vetado, que dispunha sobre o perdão judicial no homicídio culposo e na lesão corporal culposa de trânsito (art. 300).....	160
11 Impossibilidade da prisão em flagrante e da exigência de fiança, quando o condutor do veículo prestar socorro à vítima (art. 301).....	161

CAPÍTULO III

Os Crimes de Trânsito	163
1 Crime de homicídio culposo de trânsito e agravantes especiais da pena (art. 302).....	163
1.1 Classificação	163
1.2 Sujeito ativo e passivo.....	164
1.3 Objetividade jurídica tutelada	164
1.4 Tipo objetivo. Direito comparado.....	164
1.5 Tipo subjetivo	165
1.6 Consumação	165

1.7 Tentativa	165
1.8 Participação.....	166
1.9 Crítica à técnica legislativa.....	166
1.10 Crítica à falta de previsão legal expressa para a prática de crime de homicídio doloso, por dolo eventual, na direção de veículo automotor	167
1.11 Causas de aumento de pena	169
1.11.1 Omissão de socorro	170
1.11.2 Transporte de passageiros.....	171
1.11.3 Estar sob a influência do álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos (causa de aumento de pena revogada pela Lei 11.705, de 20 de junho de 2008).....	171
1.12 Concurso de crimes	173
1.13 Inadmissibilidade da suspensão condicional do processo	174
1.14 Perdão judicial: cabimento	174
1.14.1 Natureza da sentença concessiva do perdão judicial	175
1.15 Morte da vítima por causa distinta	176
1.16 Arrependimento posterior: cabimento	177
1.17 Ação penal.....	177
1.18 Jurisprudência aplicável ao homicídio culposo e à lesão corporal culposa.....	177
1.18.1 Indícios de culpa dos dois condutores em caso de colisão	177
1.18.2 Pai coautor de crime culposo praticado pelo filho.....	178
1.18.3 Visibilidade comprometida pelo sol e poeira: imprudência	178
1.18.4 Preferência de passagem não autoriza velocidade excessiva	178
1.18.5 Teoria do eixo mediano: em desuso	179
1.18.6 Ofuscamento.....	179
1.18.7 Imprudência e negligência: distinção	179
1.18.8 Ressarcimento dos danos no inquérito policial.....	179
1.18.9 Derrapagem	179
1.18.10 Via preferencial	180
1.18.11 Conversão à esquerda	180
1.18.12 Mau estado da pista.....	181
1.18.13 Contramão de direção.....	181

1.18.14	Cruzamento.....	182
1.18.15	Defeitos do veículo.....	183
1.18.16	Velocidade excessiva.....	184
1.18.17	Marcha à ré.....	184
1.18.18	Ultrapassagem.....	184
1.18.19	Atropelamento de criança, idoso e ébrio.....	185
1.18.20	Atendimento hospitalar precário. Causa superveniente que, sozinha, não levou ao resultado	185
1.18.21	Preexistência ou concomitância de concausa	186
1.18.22	Concausa superveniente que faz eclodir o resultado	186
1.18.23	Estado de necessidade em crime culposos. Configuração e não-configuração	186
1.18.24	Dolo eventual e culpa consciente – distinção	187
1.18.25	Infração de norma regulamentar.....	187
1.18.26	Laudo pericial.....	188
2	Crime de lesão corporal culposa de trânsito (art. 303).....	189
2.1	Classificação	189
2.2	Sujeito ativo e passivo.....	189
2.3	Objetividade jurídica tutelada	189
2.4	Tipo objetivo. O direito comparado	189
2.5	Tipo subjetivo	190
2.6	Consumação	190
2.7	Tentativa	190
2.8	Participação.....	190
2.9	Cabível o arrependimento posterior.....	191
2.10	Ação penal. A Lei n. 11.705/08.....	191
2.11	Perdão judicial: cabimento	191
2.12	Crítica à técnica legislativa.....	191
2.13	Causas de aumento de pena	192
2.14	Cabimento da suspensão condicional do processo, da composição civil e da transação penal. A Lei n. 11.705/08.....	192
2.15	Crítica às penas do homicídio culposos e lesão corporal culposa de trânsito	193

3	Crime de omissão de socorro de trânsito (art. 304)	194
3.1	Infrações administrativas correspondentes	195
3.2	Classificação	195
3.3	Sujeito ativo e passivo	195
3.4	Objetividade jurídica tutelada	196
3.5	Tipo objetivo. O direito comparado.	196
3.6	Tipo subjetivo	197
3.7	Consumação	197
3.8	Tentativa	197
3.9	A Justa causa exclui o crime	198
3.10	Suprimento da omissão por terceiro não exclui o crime	198
3.11	Comparação do crime de omissão de socorro de trânsito com o de omissão de socorro do Código Penal	199
3.12	Se houve morte e o condutor que causou o acidente deixou de prestar socorro	200
3.13	Inaplicável a norma penal em caso de morte instantânea	200
3.14	Concurso com o crime do art. 305 do Código de Trânsito	201
3.15	Aplicação da Lei n. 9.099/95	202
3.16	Cabíveis a desistência voluntária, o arrependimento eficaz e o arrependimento posterior	202
4	Crime de evasão para evitar responsabilidade criminal ou civil (art. 305) ...	202
4.1	Infração administrativa correspondente	203
4.2	Classificação	203
4.3	Sujeito ativo e passivo	203
4.4	Objetividade jurídica tutelada	203
4.5	Tipo objetivo. Direito comparado	203
4.6	Tipo subjetivo	204
4.7	Consumação	204
4.8	Tentativa	205
4.9	Concurso de crimes	205
4.10	Admissíveis a desistência voluntária, o arrependimento eficaz e o arrependimento posterior	205
4.11	Crítica à técnica legislativa e à previsão da figura típica	206

5 Crime de embriaguez ao volante (art. 306)	208
5.1 Infração administrativa correspondente	209
5.2 Classificação. A Lei n. 11.705/08.....	210
5.3 Sujeito ativo e passivo.....	213
5.4 Objetividade jurídica tutelada	213
5.5 Tipo objetivo	213
5.5.1 Consequências decorrentes da Lei n. 11.705/08.....	215
5.5.1.1 <i>Abolitio criminis</i> para os casos anteriores à Lei n. 11.705/08, sem perícia que tenha aferido a concentração de álcool no sangue do agente.....	223
5.5.1.2 Eliminação da exigência de perigo concreto de dano	224
5.6 Tipo subjetivo. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	229
5.7 Consumação	230
5.8 Tentativa	231
5.9 O dano material não exclui o crime	231
5.10 Lesão corporal ou morte, participação, crítica	231
5.11 Derrogação do art. 34 da Lei das Contravenções Penais.....	238
5.12 São necessários seis decigramas de álcool, por litro de sangue, no mínimo, ou outra substância psicoativa em qualquer quantidade.	239
5.12.1 O teste do bafômetro ou etilômetro: posições quanto à obriga- toriedade	240
5.12.2 Direito à não-autoincriminação em Portugal:.....	245
5.13 Embriaguez à luz da medicina legal. 0,3 mg/l no etilômetro (bafômetro) equivale a 0,6 dg/l no exame sanguíneo	246
5.14 Cabimento da suspensão condicional do processo, não afastada pela Lei n. 11.705/08.....	252
5.15 Concurso com outras infrações penais	253
5.16 Jurisprudência	254
5.16.1 Embriaguez.....	254
5.16.1.1 Exigência de perigo concreto.....	254
5.16.2 Taxa de alcoolemia	255
5.17 Tratamento penal da embriaguez ao volante no direito comparado (sistemas jurídicos inglês e norte-americano).....	257
5.17.1 Taxas de alcoolemia permitidas na Europa	261

6	Crime de violação da suspensão ou proibição do direito de dirigir (art. 307) ..	262
6.1	Infração administrativa correspondente	262
6.2	Classificação	262
6.3	Sujeito ativo e passivo.....	262
6.4	Objetividade jurídica tutelada	263
6.5	Tipo objetivo	263
6.6	Tipo subjetivo	263
6.7	Consumação	263
6.8	Tentativa	264
6.9	Participação.....	264
6.10	Modalidade especial de crime de desobediência.....	264
6.11	Distinção entre a figura delituosa da cabeça do artigo e a do parágrafo único	264
6.12	Cotejo com os delitos de desobediência, previstos nos arts. 330 e 359 do Código Penal.....	264
6.13	O tipo abrange decisões administrativas e judiciais.....	265
6.14	Aplicação da Lei n. 9.099/95	265
7	Crime de corrida automobilística não autorizada ou racha (art. 308).....	266
7.1	Infrações administrativas correspondentes.....	266
7.2	Classificação	267
7.3	Sujeito ativo e passivo.....	267
7.4	Objetividade jurídica tutelada	267
7.5	Tipo objetivo	267
7.6	Tipo subjetivo. O dolo eventual	267
7.7	Consumação	271
7.8	Tentativa	271
7.9	A existência de autorização, regulada pelo art. 67 do Código de Trânsito, exclui o crime	271
7.10	Derrogação da contravenção do art. 34 da Lei Contravencional, no tocante aos rachas e competições automobilísticas não autorizadas .	271
7.11	Promovedores e organizadores do racha podem ser partícipes do delito.....	272
7.12	Para a caracterização do crime de racha, exige-se perigo concreto indeterminado	272

7.13 Quando a competição não autorizada for somente entre motociclistas..	275
7.14 Homicídio culposo e lesão corporal culposa absorvem o crime de racha.....	278
7.15 Crítica à ausência de previsão de causa especial de aumento de pena para os casos de lesão corporal grave ou morte	278
7.16 Cabimento da transação penal e da suspensão condicional do processo, na forma dos arts. 76 e 89 da Lei n. 9.099/95.....	279
7.17 Cabível o arrependimento posterior	280
8 Crime de direção não habilitada (art. 309)	281
8.1 Infração administrativa correspondente	281
8.2 Classificação	282
8.3 Sujeito ativo e passivo.....	282
8.4 Objetividade jurídica tutelada	282
8.5 Tipo objetivo	282
8.6 Tipo subjetivo	282
8.7 Consumação	282
8.8 Tentativa	283
8.9 Exigência de perigo concreto	283
8.10 Caracterização do crime do art. 307	283
8.11 Não portar o documento de habilitação e estar com o exame médico vencido não são condutas típicas penalmente	283
8.12 Comparação com o art. 32 da Lei das Contravenções Penais	284
8.13 Derrogação do art. 32 da Lei das Contravenções Penais.....	286
8.14 Concurso com outros crimes de perigo.....	290
8.15 Infração de menor potencial ofensivo	291
8.16 Cabimento do arrependimento posterior	291
8.17 Jurisprudência	291
8.17.1 Exigência de perigo concreto	291
8.17.2 Basta o perigo abstrato	292
8.17.3 Dirigir: significado.....	292
8.17.4 Via pública.....	293
8.17.5 Ônus da prova de fato negativo	293
8.17.6 Ciclomotores	293

8.17.7 Trator.....	294
8.17.7.1 Exigência de habilitação	294
8.17.7.2 Inexigibilidade da habilitação	294
9 Crime de permissão, confiança ou entrega indevida da direção (art. 310)	294
9.1 Infrações administrativas correspondentes	295
9.2 Classificação	295
9.3 Sujeito ativo e passivo	296
9.4 Objetividade jurídica tutelada	297
9.5 Tipo objetivo	297
9.6 Tipo subjetivo	298
9.7 Consumação	299
9.8 Tentativa	299
9.9 Comparação com a participação no art. 32, da Lei das Contravenções Penais (derrogado)	299
9.10 Crime de perigo abstrato	300
9.10.1 Constitucionalidade questionável	301
9.11 O tipo penal poderá inibir outros crimes	303
9.12 Crimes de dano absorverão o de perigo	303
9.13 Crítica à ausência de punição a título de culpa	303
9.14 Infração de menor potencial ofensivo	304
9.15 Cabível o arrependimento posterior	304
10 Crime de velocidade incompatível (art. 311)	304
10.1 Infrações administrativas correspondentes	304
10.2 Classificação	306
10.3 Sujeito ativo e passivo	306
10.4 Objetividade jurídica tutelada	307
10.5 Tipo objetivo	307
10.6 Tipo subjetivo	307
10.7 Consumação	308
10.8 Tentativa	308
10.9 Derrogação do art. 34 no tocante às hipóteses de velocidade incompatível com a segurança	308

10.10	Entendimento no sentido da vigência do art. 34, da Lei das Contravenções Penais, para as hipóteses não abrangidas pelos crimes previstos no Código de Trânsito.....	309
10.11	Derrogação dos arts. 32 e 34, da Lei das Contravenções Penais, no que tange à direção de veículo automotor pela via pública	310
10.11.1	O Código de Trânsito implicou <i>abolitio criminis</i> no tocante às contravenções penais dos arts. 32 e 34 da Lei das Contravenções Penais e retroagiu em benefício do agente	310
10.11.2	Posição intermediária: aplicação do princípio <i>tempus regit actum</i> no que tange às contravenções dos arts. 32 e 34 da Lei das Contravenções Penais.....	320
10.12	Incidência da Lei do Juizado Especial Criminal	321
10.13	Cabível o arrependimento posterior	321
11	Crime de inovação artificiosa de trânsito (art. 312)	321
11.1	Classificação	322
11.2	Sujeitos ativo e passivo	322
11.3	Objetividade jurídica tutelada	322
11.4	Tipo objetivo	323
11.5	Tipo subjetivo.....	323
11.6	Consumação	323
11.7	Tentativa	324
11.8	Como pode ser feita a inovação	324
11.9	Inovação em cadáver	324
11.10	O crime somente se configura se do acidente resultar vítima, com lesão corporal ou morte	324
11.11	Crítica à previsão de delito que proteja a Administração da Justiça entre os crimes de trânsito.....	324
11.12	Inovação em virtude de diligência requerida pelo Ministério Público... ..	325
11.13	Comparação com o crime de fraude processual do Código Penal (art. 347).....	325
11.14	Concurso com outros crimes	326
11.15	Incidência da Lei do Juizado Especial Criminal	326
11.16	Admissíveis a desistência voluntária e o arrependimento eficaz	326

CAPÍTULO IV

Conclusões, inclusive ante as mudanças trazidas pela lei nº 11.705/08, e reflexões para o futuro.....	329
1 Ação penal.....	329
2 Incidência da Lei n. 9.099/95.....	331
 BIBLIOGRAFIA.....	 339
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	351